

Mercado ilícito de cigarros sofre impacto com a alta do dólar

Pela primeira vez em seis anos, cigarro ilegal perde espaço na pandemia e atinge 49% do mercado. Para especialistas ouvidos pelo CB, queda pontual reabre debate sobre eficácia de medidas econômicas com foco no combate ao contrabando e evasão fiscal

Apresentado por

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO

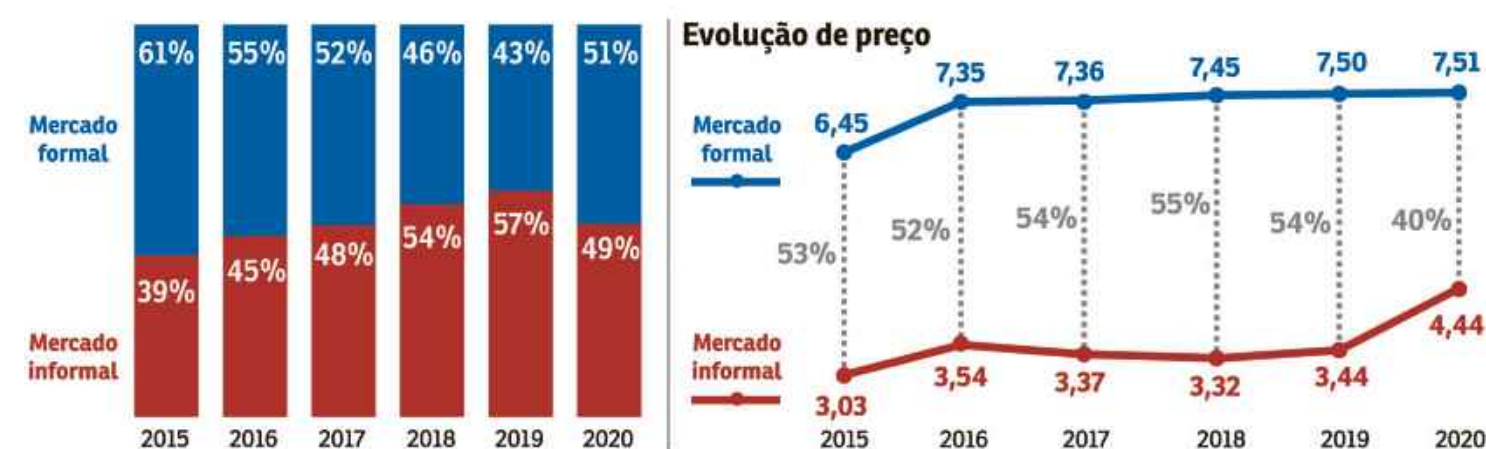
Vice/FNCP



89% dos cigarros ilícitos são comprados no varejo formal e apenas 7% é encontrado em canais informais, como camelôs e marreteiros (Ibope/Ipec 2020)

Illegal se aproxima do legal com alta do dólar

Pela primeira vez desde 2015, mercado ilegal perde espaço e consumidor do ilícito migra para o produto formal



pela pesquisa é pontual e decorrente do cenário de pandemia. “Qualquer outra interpretação seria equivocada”, diz.

Com a cotação da moeda norte-americana ultrapassando a marca de R\$ 5, o custo médio do cigarro do crime passou de R\$ 3,44, em 2019, para R\$ 4,44, em 2020, aproximando, assim, o produto do crime do cigarro legal — produzido nacionalmente, sob as normas da Agência Nacional

de Vigilância Sanitária (Anvisa).

MENOS DINHEIRO PARA O CRIME E MAIS PARA OS COFRES PÚBLICOS

A diminuição da participação do cigarro ilícito e consequente migração do consumidor para o mercado legal levou o país a aumentar a arrecadação tributária sobre o setor do tabaco em R\$ 1,2 bilhão, de um ano para o ou-

tro, fechando o ano de 2020 com R\$ 13,5 bilhões arrecadados. “Isso mostra que se mexermos nas variáveis econômicas, de modo a atacar de frente o produto ilegal, o mercado legal nacional tem toda a capacidade de assumir essa parcela, gerando emprego e arrecadação, sem resultar em aumento de consumo”, aponta Vismona.

A fala é confirmada por outro estudo, da *Oxford Economics*, que

analisou os dados do mercado ilegal em 2019, quando 63,4 bilhões de cigarros ilícitos foram consumidos. De acordo com o estudo, caso os cigarros ilegais em circulação no país fossem substituídos por produtos legítimos, produzidos nacionalmente, o Brasil poderia gerar cerca de 173 mil novos empregos, além de uma contribuição adicional de R\$ 6 bilhões ao PIB. A atividade extra também geraria R\$ 1,3 bilhões em receitas

fiscais adicionais (receitas fiscais associadas ao emprego e à atividade sustentada).

Mas o que se vê, a despeito da redução pontual, é que o índice da ilegalidade continua alto — em 2020, o crime organizado movimentou apenas com o cigarro ilegal cerca de R\$ 8 bilhões e causou a sonegação de R\$ 10,4 bilhões que, se arrecadados, poderiam construir, por exemplo, 94 mil unidades de casas populares, ou 18 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS), ou ainda 58 mil leitos de UTIs para o tratamento de covid-19.

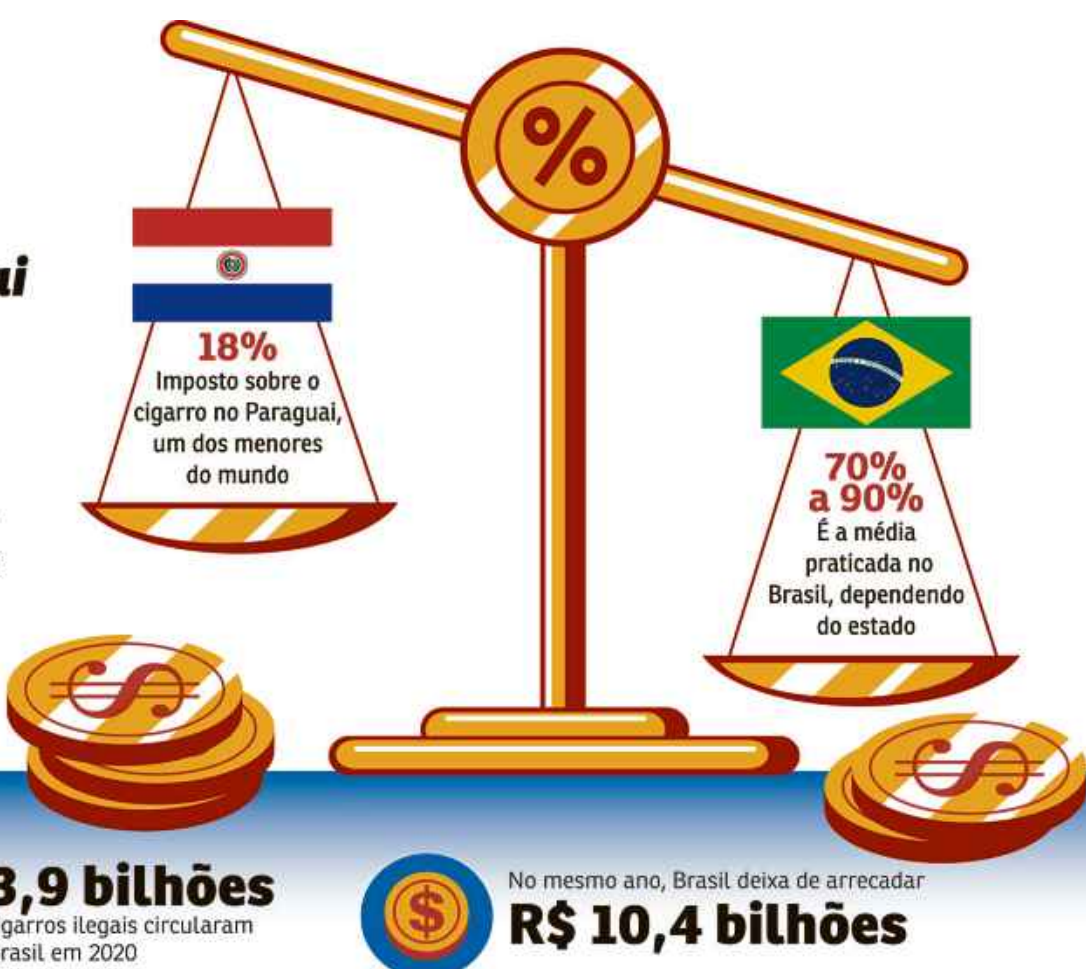
A participação do mercado ilegal no último ano respondeu por quase metade dos produtos consumidos no país: 49% de todos os cigarros. Destes, segundo o Ibope/Ipec, 38% foram contrabandeados, principalmente do Paraguai, e 11% produzidos em território brasileiro por fabricantes classificados como devedores contumazes — que estruturam seus negócios para não pagarem tributos e, com isso, conseguem praticar preços abaixo do mínimo definido por lei, de R\$ 5. Com essa estratégia, nos últimos cinco anos, estas empresas irregulares cresceram no mercado nacional, saltando de 3% em 2015 para 11% no último ano.

Ao todo, o volume de cigarros ilegais em circulação no Brasil ultrapassa 53,9 bilhões. Mesmo com as restrições impostas pela pandemia, ainda é no comércio formal que o consumidor tem o seu principal canal de compra: 89% dos cigarros ilícitos são comprados em bares, mini mercados e padarias.

A pesquisa Ibope/Ipec é realizada desde 2014, tem abrangência nacional e, nesta edição, foi a campo entre outubro de 2020 e janeiro de 2021. Foram realizadas entrevistas presenciais com 9 mil fumantes com idades de 18 a 64 anos, residentes em municípios com 20 mil habitantes ou mais.

Desequilíbrio tributário entre Brasil e Paraguai fortalece contrabando

Brasil é o mais prejudicado nessa balança. Solução está dentro de casa e depende do combate à oferta, mas também à demanda. Para esse segundo ponto, o debate tributário é fundamental



53,9 bilhões
de cigarros ilegais circularam no Brasil em 2020

No mesmo ano, Brasil deixa de arrecadar
R\$ 10,4 bilhões

Valor equivale a

60% do orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública

1,4x o orçamento da Polícia Federal

2,1x o orçamento da Polícia Rodoviária Federal

E poderiam ser construídos

94 mil casas populares

ou

5,1 mil unidades de pronto atendimento

ou

18 mil unidades básicas de saúde

ou

58 mil leitos para covid-19

Combate ao contrabando sob o ponto de vista econômico

“Tivemos apreensões recordes e policiamento ostensivo nesses últimos anos. Porém, apesar de imprescindíveis, apenas isso não nos auxiliará nessa guerra contra a entrada de produtos ilegais no país com o Paraguai ao Sul e, agora, com a Coreia pelo Norte e Nordeste. Isso porque a operação vale a pena para o contrabandista, pois é de baixo custo e alto rendimento”. A fala do economista e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Pery Shikida, explica porque a discussão sobre o combate ao contrabando de cigarros precisa passar pelo ponto de vista econômico, já que a repressão ao crime não consegue dar conta de toda a demanda, e as sanções e penas no Brasil para o contrabandista de cigarros são baixas e de interpretações dúbias, variando em sua maioria para prestação de serviço comunitário a três anos de reclusão. “O grande ponto é a questão tributária, que deve ser colocada em discussão. No Brasil, os impostos sobre os cigarros variam de 70% a 90%, dependendo do Estado. Já no Paraguai, o produto é taxado em apenas 18%”, explica Shikida, ao

ressaltar a lucratividade da venda de cigarro ilícito no Brasil.

Edson Vismona, presidente do ETCO, reforça o alerta para adoção de medidas econômicas com foco no combate ao contrabando após a pandemia. “É necessário atacar tanto a oferta quanto a demanda do produto ilegal. Para isso, é fundamental a discussão sobre tributação no Brasil, sendo inadmissível qualquer ideia que resvale sobre aumento em uma indústria que é a mais afetada pela ilegalidade. Elevar o imposto significa entregar o mercado brasileiro para o contrabando, aumentando exponencialmente o lucro dos criminosos”.

O cigarro ilegal continua no topo das apreensões da Receita Federal. Em 2020, representou 66% de todo volume apreendido, o equivalente a 4,5 bilhões de unidades. A representatividade de mercado das marcas ilegais em circulação no Brasil, principalmente paraguaias, ainda é alta. Das dez marcas de cigarro mais vendidas no Brasil, quatro são ilícitas. Juntas, elas têm 25% de participação. Em segundo lugar do ranking está a paraguaia Eight, que domina 12% de todas as vendas de cigarros.